

Artigo



CLAUDIO J. D. SALES
claudio.sales@acendebrasil.com.br

Onde estão as atas do Copom elétrico?

O governo ordenou um maciço funcionamento das térmicas a óleo, com custo de R\$ 1,5 bilhão

Existe um grupo governamental chamado Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) que tem uma função no setor elétrico comparável à do Comitê de Política Monetária (Copom) na condução da política econômica. Composto por membros oficiais, ele se reúne para determinar se há ou não problemas de fornecimento de energia.

Mas ao contrário do Copom (que religiosamente publica na Internet atas de reuniões com mais de 15 páginas, 11 seções e 67 tópicos, com todo o raciocínio usado na sua decisão), o CMSE nunca publicou uma ata de reunião que liste as premissas e os cenários usados nas suas decisões.

O que o Ministério de Minas e Energia tem feito é colocar no seu *site* da Internet "Notas à Imprensa" que apenas mencionam os tópicos tratados e as decisões tomadas. Exemplo: na nota de nº 50, referente à reunião de 10 de janeiro, aparece a frase "O CMSE avaliou que a segurança do atendimento ao mercado está plenamente assegurada, apesar de a situação hidrológica no início do período úmido ainda estar abaixo da média histórica". Isto equivaleria, na comparação com o Copom, a um documento de uma página no *site* do Banco Central com a frase: "A economia vai bem", sem maiores elementos para compreender as decisões sobre a taxa de juros básica, a Selic.

Como poderia estar tudo "plenamente assegurado" se 80% da nossa energia, de origem hidroelétrica, dependem de chuvas, e naquela data, devido ao atraso das chuvas, o risco de racionamento ultrapassou os 20%, patamar muito superior aos 5% aceitáveis? Além da flagrante incoerência da frase, segue-se a este "diagnóstico" afirmações genéricas sem nenhum embasamento numérico.

O mais preocupante foi constatar que a realidade foi bem diferente do "plenamente asse-

gurado": no mesmo mês de tanta "segurança" expressa na nota de imprensa, o governo ordenou um maciço funcionamento das caras e poluidoras térmicas a óleo. Essa conta já acumulou R\$ 1,5 bilhão em 2008, valor que já está sendo repassado às nossas contas de luz.

Diante dessa opacidade, um conjunto de senadores e deputados federais (de partidos de situação e oposição) que defendem a transparência se uniu e encaminhou ao Ministério de Minas e Energia um ofício em que solicitam ampla divulgação das informações e deliberações do CMSE.

A resposta que veio do Ministério, depois de quatro meses, foi uma carta que não passa de uma lista de leis, atribuições de órgãos públicos e de documentos e que remete a 9 anexos que totalizam 36 documentos e mais de 2.600 páginas. Além de todos os documentos não trazerem nenhuma novidade — são todos de conhecimento público — mesmo se eles fossem analisados por um especialista do setor não conduziram a nenhuma conclusão sobre as decisões do CMSE. Voltando à comparação com o Copom, equivaleria ouvir do Banco Central o seguinte: "Subimos a Selic de 12 para 13%. As razões estão contidas nesta pilha de 2.600 páginas, que reproduzem leis e regulamentos sobre o funcionamento do sistema financeiro, OK? Boa sorte!"

A sociedade já conhece muito bem "o que" os representantes do CMSE decidem. O que a sociedade não conhece são os cenários que têm levado o CMSE a decidir o que tem decidido.

Para ser bem claro, estamos falando de coisas do tipo: dentre os inúmeros cenários de oferta de energia (listados em um dos 9 anexos acima citados), qual cenário o ministério assumiu para operar tantas térmicas a óleo? Qual o risco de racionamento com que o governo tem operado a cada reunião? Qual o efeito sobre as tarifas das medidas que estão sendo tomadas para contornar o risco de racionamento? Não haveria alternativas mais baratas para diminuir o risco?

As atas do CMSE com todas as premissas e números que embasaram as decisões tomadas precisam ser publicadas porque quem paga a conta destas decisões de gabinete é a sociedade. Afinal, se está tudo tão bem e "plenamente assegurado", não há o que esconder. Ou há?

O Congresso Nacional, representante da sociedade, precisa retomar esse tema com urgência. Com a palavra, nossos parlamentares.

Título	Onde estão as atas do Copom elétrico?
Veículo	DCI
Data	01 Out 2008
Autor	Claudio J. D. Sales

Existe um grupo governamental chamado Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) que tem uma função no setor elétrico comparável à do Comitê de Política Monetária (Copom) na condução da política econômica. Composto por membros oficiais, ele se reúne para determinar se há ou não problemas de fornecimento de energia.

Mas ao contrário do Copom (que religiosamente publica na Internet atas de reuniões com mais de 15 páginas, 11 seções e 67 tópicos, com todo o raciocínio usado na sua decisão), o CMSE nunca publicou uma ata de reunião que liste as premissas e os cenários usados nas suas decisões.

O que o Ministério de Minas e Energia tem feito é colocar no seu site da Internet "Notas à Imprensa" que apenas mencionam os tópicos tratados e as decisões tomadas. Exemplo: na nota de nº 50, referente à reunião de 10 de janeiro, aparece a frase "O CMSE avaliou que a segurança do atendimento ao mercado está plenamente assegurada, apesar de a situação hidrológica no início do período úmido ainda estar abaixo da média histórica". Isto equivaleria, na comparação com o Copom, a um documento de uma página no site do Banco Central com a frase: "A economia vai bem", sem maiores elementos para compreender as decisões sobre a taxa de juros básica, a Selic.

Como poderia estar tudo "plenamente assegurado" se 80% da nossa energia, de origem hidroelétrica, dependem de chuvas, e naquela data, devido ao atraso das chuvas, o risco de racionamento ultrapassou os 20%, patamar muito superior aos 5% aceitáveis? Além da flagrante incoerência da frase, seguem-se a este "diagnóstico" afirmações genéricas sem nenhum embasamento numérico.

O mais preocupante foi constatar que a realidade foi bem diferente do "plenamente assegurado": no mesmo mês de tanta "segurança" expressa na nota de imprensa, o governo ordenou um maciço funcionamento das caras e poluidoras térmicas a óleo. Essa conta já acumulou R\$ 1,5 bilhão em 2008, valor que já está sendo repassado às nossas contas de luz.

Diante dessa opacidade, um conjunto de senadores e deputados federais (de partidos de situação e oposição) que defendem a transparência se uniu e encaminhou ao Ministério de Minas e Energia um ofício em que solicitam ampla divulgação das informações e deliberações do CMSE.

A resposta que veio do Ministério, depois de quatro meses, foi uma carta que não passa de uma lista de leis, atribuições de órgãos públicos e de documentos e que remete a 9 anexos que totalizam 36 documentos e mais de 2.600 páginas. Além de todos os documentos não trazerem nenhuma novidade - são todos de conhecimento público - mesmo se eles fossem analisados por um especialista do setor não conduziram a nenhuma conclusão sobre as decisões do CMSE. Voltando à comparação com o Copom, equivaleria ouvir do Banco Central o seguinte: "Subimos a Selic de 12 para 13%. As razões estão contidas nesta pilha de 2.600 páginas, que reproduzem leis e regulamentos sobre o funcionamento do sistema financeiro, OK? Boa sorte!"

A sociedade já conhece muito bem "o que" os representantes do CMSE decidem. O que a sociedade não conhece são os cenários que têm levado o CMSE a decidir o que tem decidido.

Para ser bem claro, estamos falando de coisas do tipo: dentre os inúmeros cenários de oferta de energia (listados em um dos 9 anexos acima citados), qual cenário o ministério assumiu para operar tantas térmicas a óleo? Qual o risco de racionamento com que o governo tem

operado a cada reunião? Qual o efeito sobre as tarifas das medidas que estão sendo tomadas para contornar o risco de racionamento? Não haveria alternativas mais baratas para diminuir o risco?

As atas do CMSE com todas as premissas e números que embasaram as decisões tomadas precisam ser publicadas porque quem paga a conta destas decisões de gabinete é a sociedade. Afinal, se está tudo tão bem e "plenamente assegurado", não há o que esconder. Ou há?

O Congresso Nacional, representante da sociedade, precisa retomar esse tema com urgência. Com a palavra, nossos parlamentares.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil

Site: www.acendebrasil.com.br